

Notícias do dia 16 de abril



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

JORNAL OPÇÃO - GO - ENTREVISTA
TCE - GO

Vinícius Luz: "O Ipasgo não está a venda. Estamos fazendo mudanças para atender a determinação do TCE"3

PORTAL SERRA DOURADA NEWS - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

Assembleia Legislativa de Goiás tem semana movimentada e produtiva 9

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

"Governador pensa na Saúde 24 horas por dia , diz Sérgio Vencio 13

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

Cristiane Schmidt diz que saída da Economia foi acordada com Caiado e vai "tirar férias" 15

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - GOIÁS
TCE - GO

Mauro Rubem aciona Justiça para impedir mudança no Ipasgo16

Vinícius Luz: "O Ipasgo não está a venda. Estamos fazendo mudanças para atender a determinação do TCE"

Vinícius Luz, presidente do Ipasgo | Foto: Fábio Costa

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) se tornou pauta nas últimas semanas em razão do anúncio de que a natureza jurídica seria alterada. A medida foi vista e até noticiada como uma forma de privatização da entidade que atende a quase 600 mil servidores e dependentes. A informação é rebatida pelo presidente do instituto, Vinícius Luz, que classifica como "fake news" os rumores de que o Ipasgo seria gerido por uma empresa.

Em entrevista ao Jornal Opção, Vinícius Luz, que já foi prefeito e vereador da cidade de Jataí, explicou quais mudanças são planejadas para o plano de saúde dos servidores de **Goiás**. Segundo ele, que assumiu o Ipasgo em abril de 2022, o projeto de lei que foi elaborado visa alterar a natureza jurídica do instituto para atender uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** que obriga o governador Ronaldo Caiado (UB) a tirar do tesouro os recursos que são descontados na folha dos servidores.

Com a alteração da natureza jurídica, o Ipasgo passa a ser regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, bem como a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Marcos Aurélio Silva - O Ipasgo entrou em pauta a partir do anúncio da mudança de caráter jurídico do instituto. Essa é uma medida imposta pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**?

O **TCE** fez uma determinação para que o governo adotasse a mudança da personalidade jurídica do instituto ou promovesse alguma medida com efeito de tirar as receitas do Ipasgo da receita corrente líquida do Estado. Pesquisamos, fomos atrás e não se tem o toque de mágica para simplesmente tirar essas receitas. Trata-se de uma autarquia que é um ente

público que precisa compor o orçamento geral do Estado. Não bastava dizer: simples assim, tira a receita do Ipasgo do orçamento. Sabemos que uma autarquia, por sua natureza pública, precisa ter o orçamento público.

Dessa maneira, hoje é feita a triangulação. O Estado desconta do salário do servidor, esse desconto passa na conta do tesouro estadual e é transferido para o Ipasgo. Dessa maneira continuaria sem a opção de tirar esse recurso da receita corrente líquida do Estado.

É em razão disso disse que optamos por fazer a transformação da natureza. Passando de natureza jurídica pública para natureza jurídica privada. Nós optamos pelo serviço social autônomo por entender que essa modalidade vai abranger todas as transformações que o Ipasgo necessita nesse momento.

Marcos Aurélio Silva - O Ipasgo tem mais de 60 anos. Em todo esse tempo de existência, só agora o **TCE** tomou ciência de que precisa mudar a forma como o recurso chega ao instituto? O tribunal foi omissivo nesse tempo todo?

Não. O **TCE** não foi omissivo. O **TCE** vem se manifestando sobre esse assunto há pelo menos 10 anos. O tribunal já vinha fazendo recomendações. Sempre o **TCE** se manifesta em torno desse assunto, mas em forma de recomendação. Como se percebeu que ao longo dos anos o Estado não tomou a atitude de mudar essa triangulação dos recursos. O **TCE** entendeu então que seria o momento de fazer uma determinação, é por isso que estamos fazendo isso agora. O tribunal disse que temos até 31 de dezembro de 2023 para promover as medidas ou promover a transformação da personalidade jurídica. Essa determinação está muito clara na forma como foi aprovada as contas do Estado em 2021.

Marcos Aurélio Silva - Ficou claro que a mudança nasce de uma determinação do **TCE**, entretanto essa medida terá um peso no bolso do servidor, que entende que a culpa é do Estado. É possível contornar essa crise junto aos segurados do instituto?

A decisão parte do **TCE**. Isso é preciso deixar claro. O tribunal determina que o Estado tome uma atitude quanto a mudança da personalidade jurídica do instituto. A partir do momento que começamos a fazer as nossas pesquisas para ver que forma atenderíamos essa determinação do **TCE**, é que vislumbramos a possibilidade de ter o serviço social autônomo. Se trata de uma entidade que fará a gestão de todo esse sistema de saúde. Vislumbramos que com essa modalidade conseguiremos atender tanto a determinação do tribunal de contas quanto temos a possibilidade de solicitando o registro para ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) termos uma melhor prestação de serviço para o nosso usuário.

"O servidor só tem a ganhar com essa mudança"

A gente entende que o usuário em várias manifestações eles têm razão em reclamações, como a demora por atendimento em determinadas especialidades, pela falta de atendimento em alguns procedimentos médicos e tantos outros. Isso ocorre porque não está coberto pela nossa legislação atual. É um momento importante de virada de chave e vamos conseguir, tão logo esteja sacramentado esse registro junto a ANS - teremos um período de transição e já temos essa tratativa com a agência - a melhora na prestação de serviço, que será considerável.

Quando se traz a baila a questão de aumento de custo, com certeza vai aumentar. Mas aí entra o Estado como ente garantidor de todo esse sistema. Temos que fazer uma reserva técnica. Traduzindo em miúdos, precisa ficar um dinheiro parado na conta para garantir a prestação de serviço do Ipasgo. Esse dinheiro só pode ser movimentado com anuência da ANS. Quem vai fazer essa reserva técnica? O Governo do Estado. O projeto prevê também que em caso de desequilíbrio financeiro por parte da contraprestação do servidor público estadual, o Estado também vai garantir o aporte para suprir o desequilíbrio. Ou seja, preocupado com o servidor e para garantir a qualidade e ampliação do serviço do Ipasgo, o Estado tomou essa atitude. O servidor só tem a ganhar com essa mudança.

Marcos Aurélio Silva - No formato como está hoje, quando há aumentos na cobrança das mensalidades do plano, o Estado consegue utilizar seus recursos para evitar um aumento que tenha forte impacto no bolso do servidor - seja fazendo aportes ou negociando com prestadores de serviço. Mudando a natureza jurídica do Ipasgo, isso não poderá mais ocorrer. Não é um risco para o servidor ver ano após ano a cobrança aumentar em percentuais significativos?

A contraprestação do servidor público estadual não vai mudar. Ela vai continuar sendo feita por meio do percentual de seu salário para seu grupo familiar. Hoje o servidor público estadual que opta pelo plano básico tem um desconto de 6.81% no salário. Esse é o custeio para o titular, para o cônjuge e para filhos menores de 18 anos. Para esse grupo será tudo do mesmo jeito e não muda.

Não é porque vamos alterar a personalidade jurídica que vai mudar a forma de contribuição. Só vai sentir que houve aumento no plano se houver aumento no salário. No máximo, as pessoas que contribuem pelo teto quando de uma autorização de um reajuste, elas poderão sentir o impacto. Normalmente não é tão grande.

Veja que o Ipasgo ficou aproximadamente quatro anos sem fazer um reajuste em sua tabela e não foi bom para saúde financeira do instituto. Precisamos garantir o acesso e o atendimento das pessoas, mas tudo isso tem custo. Não é bom que essa política de ficar tantos e tantos anos sem reajuste prevaleça. Isso não faz bem para saúde financeira do plano, que precisa fazer atualização de valores com seus prestadores de serviço de forma constante. Esses prestadores de serviço também reclamam da tabela de repasse e acabam suspendendo o atendimento.

Aline Bouhid - Nesses 4 anos o Ipasgo teve reajuste de 18%. Se comparar com a ANS houve reajustes em sequência que somam mais que esse percentual. Essa é a preocupação dos servidores. Precisamos deixar claro para os servidores e segurados do plano como será a forma de cobrança e como isso vai impactar na saúde financeira deles.

O servidor público estadual contribui por percentual de desconto em cima de seu salário. Esse percentual não vai mudar. Como disse, quem pode sentir o reajuste é aquele que por acaso paga em cima do teto. Se a ANS autorizar 15% de reajuste, vamos fazer esse ajuste em cima do teto. Mas a contribuição é em cima do teto. Se o governo não der aumento de salário, o valor descontado é o mesmo.

Agora, aqueles ex-servidores e agregados, esses contribuem pela tabela atuarial. Essa tabela quando a ANS autorizar reajuste, esses vão sobre o percentual determinado. Mas o servidor público, que é a razão de ser do Ipasgo, não muda nada na forma de contribuição.

Marcos Aurélio Silva - O meio-termo que o Governo do Estado e o Ipasgo encontrou para atender a determinação do **TCE** é não ter tanto impacto na cobrança do servidor, é manter o percentual de

desconto em cima do salário. Essa foi uma negociação ou definição que partiu do governador Ronaldo Caiado?

Essa é uma decisão do governador. Ele quer permanecer com a modalidade de contribuição. É uma forma de não penalizar o servidor público. Assim ele vai sentir a melhoria do seu plano de saúde sem ser penalizado financeiramente. O governo foi quem orientou e determinou para manter a contribuição nos moldes como já ocorre atualmente.

Marcos Aurélio Silva - Mudar a natureza jurídica do instituto, a princípio foi interpretada como uma privatização. Mas o senhor nega. Inclusive diz ser uma fake news. Mas do ponto de vista da gestão do Ipasgo, esse processo não se caracteriza como uma privatização?

Vou insistir que falar em privatização é uma fake news. Privatização era se o Estado tivesse pedindo autorização para vender o Ipasgo para alguém. Isso não ocorre. O Ipasgo terá sua personalidade jurídica alterada. Vai deixar de ser uma autarquia caracterizada como ente público, passando a ter personalidade jurídica de serviço privado de serviço social autônomo, cujo a indicação da diretoria administrativa será prerrogativa do governador.

Como que vai ser privatizado se o governador vai continuar tendo a governança e até indicação dos diretores e presidente? Os servidores terão vez e voto, sim. Mas fazendo parte do conselho de administração e fiscal. Não há de se falar em privatização se a gente mantém a governança e o estado como mantenedor desse serviço social e de atendimento a saúde que hoje é gerido pelo Ipasgo.

Marcos Aurélio Silva - O senhor acha que o servidor está conseguindo entender todo esse movimento que o Ipasgo está promovendo para atender a determinação do **TCE**? O discurso está bem direcionado para o usuário do Instituto?

Tem muita gente já conseguindo compreender. Quando a gente troca em miúdos, apontando que o governador não está propondo vender, então não é privatização. Se o governador vai continuar indicando presidente e diretores, não é privatização.

Vinícius Luz, presidente do Ipasgo | Foto: Fábio Costa

A questão da modalidade da personalidade jurídica o servidor nem quer saber. O que o usuário quer é o serviço de atendimento a saúde bem feito, com fácil acesso aos serviços que ele paga. Se a natureza é pública ou privada, ele não quer nem saber. Quem está se preocupando com isso são alguns

representantes sindicais e classistas doidos para por a mão no Ipasgo.

Aline Bouhid - Sistema autônomo é como se fosse o sistema S (Sesi, Senai, Senac entre outros). Nesses órgãos os governadores não podem indicar a direção. Como é a legislação sobre isso?

Não podemos fazer essa analogia. O nosso caso é criado por lei específica. Vamos trazer na lei que a indicação dos presidentes e diretores é de prerrogativa do governador do Estado. A minuta da lei está disponível para consulta pública.

Aline Bouhid - Os novos servidores do Ipasgo serão contratados em regime de CLT. E os 239 servidores efetivos atuais, como eles ficam?

Eles ficarão cedidos por um tempo. Será um período de transição. A gente precisa de passar por esse período. Tem muita coisa a fazer para finalizar o processo. A partir da aprovação da lei precisamos de prazo para registrar a entidade, ter o novo CNPJ, registrar o estatuto e regimento. Além disso, tem os regulamentos dos planos de saúde e aquisições, e contratação de servidores. Mas a contratação será via CLT.

Os servidores que hoje são públicos, ou seja, aqueles que prestaram concurso para o Ipasgo, com a extinção da autarquia eles não deixam de ser servidores. O Estado tem que acolher. Com isso, temos a garantia do governo que não haverá extinção de carreiras. O que vai haver é o aproveitamento em carreiras existentes em outros setores do Estado. Por exemplo, hoje temos com mais clareza os servidores administrativos. Sabemos que tem um quadro, com plano de carreira muito melhor do que o atual do Ipasgo na Sead (Secretaria de Estado da Administração). Então eles serão absorvidos por esse plano, inclusive com remunerações melhores.

Os auditores é que precisam de um tempo maior para o estudo de aproveitamento deles, seja na Sead ou na Secretaria Estadual de Saúde. Eles têm especificidades em suas atribuições. O estado vai fazer isso com muito cuidado, inclusive para não prejudicar financeiramente nenhum servidor. Prejuízo ninguém vai ter.

Marcos Aurélio Silva - Quando o Ipasgo passar a ser regido pela ANS, o instituto terá que se enquadrar no Rol da agência. Qual é o impacto disso? E qual a implicação em custos?

Sim, implica em custos. Estamos estimando que pode chegar até 20% em aumento de custo. Pode ser que fique menor ou um pouco maior. Pesquisamos, pois

houve outros casos de entes que deixaram de ser público e passaram a ter a personalidade jurídica de direito privado.

Realmente há aumento de custos, e isso está previsto no projeto de lei que em eventual desequilíbrio financeiro, será suportado pelo governo do Estado, por meio de aportes financeiros.

Aline Bouhid - Parece uma contradição. O governo buscando economias, mas acaba tendo que fazer aportes financeiros por determinação do **TCE**. O senhor tem qual opinião sobre?

Não. A questão da determinação é para não misturar um dinheiro que é público com que é privado. É uma situação que infla artificialmente as contas do Estado. A receita corrente líquida serve como base, por exemplo, para o custeio da educação e saúde. Se há R\$ 2 bilhões a mais, que é o orçamento do Ipasgo, a conta está inflada. Isso causa impactos, inclusive para o custeio da folha de pagamento, que pode ser de até 60% da arrecadação. Então infla artificialmente a receita com os recursos que são dos servidores e com destinação ao Ipasgo.

"Alterar a personalidade jurídica não vai mudar a forma de contribuição do servidor"

Não estamos mudando a natureza jurídica do Ipasgo em razão de algum deficit. É em razão de que o dinheiro estava misturado.

Aline Bouhid - Vinícius, há alternativas para atender a determinação do **TCE** sem mudar a natureza jurídica do Ipasgo?

Na determinação do **TCE** está escrito mais ou menos assim: alterar a natureza jurídica do Ipasgo até 31 de dezembro de 2023, ou promover medida que viabiliza a retirada da receita do Ipasgo da receita corrente líquida do Estado. Mais ou menos isso. O documento é público.

Só que não vislumbramos nenhuma alternativa. Tem sindicalistas que dizem que simplesmente poderia manter a autarquia e tirar o recurso do Ipasgo do orçamento do Estado. Como, se a autarquia é um ente público? Não tem como tirar o orçamento de um ente público. Vamos simplesmente fingir que não existe. Se fosse simples assim, teríamos feito e não precisava dessa celeuma toda. Estamos enfrentando todo esse desgaste para atender a determinação e pensando que isso será bom para o servidor, principalmente em razão dessa regulação da ANS.

Aline Bouhid - Falando em sindicalistas, queremos saber sobre a presidência do instituto. Houve conversa

entre os representantes classistas do Ipasgo que querem indicar o presidente. Existe essa possibilidade?

Não. O governador Ronaldo Caiado não vai entregar o Ipasgo para gestão dos servidores. Isso está claro. O modelo proposto é o de serviço social autônomo, e nessa proposta a prerrogativa de nomear a diretoria é do governador. Essa é a proposta que será apresentada a Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**. Se quiserem discutir outras alternativas, tudo bem, mas essa decisão já está tomada. O governo não vai entregar a presidência do Ipasgo para o servidor público.

Vou justificar: para o Ipasgo passar a ser regulado pela ANS precisa de R\$ 375 milhões. De onde o servidor público vai tirar isso. É o Estado que vai aportar isso. E esse recurso vai ficar parado em uma conta. Como o servidor público vai fazer para ter essa reserva técnica sem o Estado por trás. Aí o Estado vai, coloca recursos e em caso de desequilíbrio ele diz que vai cobrir, e ele não administra? Fica incoerente. Estou afirmando categoricamente que não tem como discutir diretoria nesse momento. O estado vai fazer esses aportes. Se quiserem mudar isso no futuro, depois que estiver tudo regulado e funcionando bonitinho, tudo bem. Mas nesse momento de transição não dá para falar nisso.

Marcos Aurélio Silva - A partir do momento que o Ipasgo estiver regulado pela ANS, haverá uma concorrência com outros planos de saúde?

Não. Temos um público específico. Na criação do Ipasgo tem a autogestão, que pressupõe que é uma operadora de saúde para um público específico. Qualquer pessoa, ou cidadão comum que não seja servidor público ou participe dos convênios público permitidos pela lei, não podem fazer adesão ao Ipasgo. Não poderão fazer essa concorrência. Temos público específico e temos que atendê-los.

Marcos Aurélio Silva - O senhor não teme que a partir dessas mudanças e possíveis alterações no valor cobrado, os servidores possam romper o contrato com o Ipasgo e partir para outro plano de Saúde?

Me mostra um plano de saúde com a cobertura que o Ipasgo tem e com a mesma faixa de preço? Não tem. Não existe. Com a cobertura que temos atualmente já não dá para comparar. Quando estivermos atendendo ao rol da ANS não vai ter outro plano no estado com compatibilidade de preço com o do Ipasgo.

Vinícius Luz em entrevista aos editores Aline Bouhid e Marcos Aurélio Silva

Se for hoje para Unimed, é no mínimo 50% mais caro. Até um plano popular não consegue concorrer com a tabela do Ipasgo. Não motivo para desespero de procurar outro plano de saúde. Até porque, a expectativa é de melhoria para o atual plano, e com garantir do governo que continuará pagando com percentual do salário. Não se justifica nenhuma histeria.

Marcos Aurélio Silva - O senhor tem conversado com os deputados estaduais sobre o projeto de lei que muda a natureza jurídica do Ipasgo? O que dá para sentir?

A base está muito tranquila. Os deputados que já nos procuraram para se inteira do assunto estão tranquilos mais aguardando o momento para analisar a proposta. Como não está fechado o projeto de lei, e quando nós tivemos a determinação do governador de deixar o processo transparente antes de ir para **Alego**, ainda estamos na fase da conclusão de minuta, com consulta pública e depois audiências públicas. Só depois vamos mandar para **Alego**. Os deputados estão aguardando com serenidade esse projeto. Mas é lógico que os deputados da oposição já estão fazendo barulho, mas o governo está tranquilo quanto a isso e os deputados da base sabe que se trata de uma coisa séria, bem pensada e que é para o bem do servidor público e do plano.

Aline Bouhid - Existe mesmo um chamamento público para qualificar uma Organização Social (OS) para gerir clínicas para o Ipasgo, em **Goiânia**?

Não existe. Chamamento é quando publica edital e não temos edital aberto. Houve um processo que rodamos para ver a possibilidade de contratar algum serviço via OS. Mas não prosperou. Não tem nada disso. Somos compradores de serviço, só de clínicas e hospitais é mais de 800 no estado inteiro. Um desses é o serviço de atendimento pediátrico. Aqui na região metropolitana de **Goiânia** são duas unidades: uma no Setor Oeste e outra em Aparecida de **Goiânia**. As duas tem a logo do Ipasgo, mas quem faz a gestão é um terceiro. São prestadores de serviços. Estamos com esses contratos vencidos. Vislumbramos a possibilidade de termos esse serviço prestado por OS, mas percebemos que não é por aí. Nunca houve chamamento.

Marcos Aurélio Silva - Sobre a venda do Hospital do Servidor. Há época nos foi dito que os recursos seriam aplicados na regionalização da saúde do Ipasgo, ou seja, levar clínicas para outras regiões. Isso foi de fato executado?

O recurso está aplicado em conta-corrente do Ipasgo, rendendo juros. Se não me engano já rendeu R\$ 18

milhões. O total é R\$128 milhões. Não utilizamos do recurso ainda.

"O modelo proposto é o de serviço social autônomo e a prerrogativa de nomear a diretoria é do governador"

Esse recurso, por ser da venda de um patrimônio, não se pode colocar ele para custeio. Só posso fazer investimentos. A ideia é fazer as policlínicas. São unidades que vão atender várias especialidades e exames. Isso será onde temos dificuldades de contratação. Exemplo: **Goiânia** tem dificuldade de contratação de serviço de pediatria. Vamos usar esse dinheiro para construir ou fazer algo para ter o serviço próximo de **Goiânia**. A saúde mental enfrenta o mesmo problema e podemos investir em algo nesse sentido. Tem várias coisas em nosso horizonte, mas por enquanto está lá rendendo juros.

Marcos Aurélio Silva - Em 2021 foi instituído uma força tarefa para fazer auditorias e buscar enquadrar o orçamento do Ipasgo em até R\$ 1,5 bilhões naquele ano. Esse objetivo foi alcançado ou ainda é preciso fazer as análises das faturas dos prestadores de serviço?

Essa questão foi por conta do teto de gastos. Isso é interessante para a alteração da natureza jurídica do instituto. O Ipasgo tem um teto de gastos e vamos poder deixar de compor o teto. Precisamos de comprar mais serviços para atender melhor o nosso usuário. Participando do orçamento do Estado, temos que compor o teto e em 2021 realmente aconteceu essa revisão. O **TCE** entrou com determinação para que a gente pudesse ter acesso à integralidade do orçamento previsto pro Ipasgo. Pode até haver cortes em outras secretarias, mas no Ipasgo não. Temos o orçamento completo todos os anos.

Aline Bouhid - Como estão as finanças do Ipasgo?

Equilibradas. A partir do momento que percebemos que poderia haver desequilíbrio, propomos reajuste da mensalidade. No ano passado fizemos uma reprecificação importante na tabela de procedimentos dos prestadores. Tínhamos as consultas mais barata entre todos os prestadores. Era R\$ 50, passamos para R\$ 65. Mas sabemos que está muito aquém. A Unimed paga R\$ 121. Muitos médicos deixam de atender o Ipasgo em razão desse valor. Então temos que fazer a política de reprecificação. Tinha exames, por exemplo, que há 13 anos não tinha reajuste. As tabelas de diálises estavam congeladas há mais de 10. Temos que fazer essa política para não perder o prestador de serviço, mas isso resulta em aumento para o servidor.

Site:

<https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/vinicius-luz-o-ipasgo-nao-esta-a-venda-estamos-fazendo-mudancas-para-atender-a-determinacao-do-tce-480168/>

Assembleia Legislativa de Goiás tem semana movimentada e produtiva

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realizou três sessões ordinárias nesta semana. Nas ocasiões foram apreciadas matérias da Governadoria, da Mesa Diretora e de parlamentares. O destaque da semana é a aprovação final do projeto de lei nº 212/23, que pleiteia a revogação do § 5º do artigo 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual, acrescido pela Emenda Constitucional nº 69, de 30 de junho de 2021. O objetivo da medida é conferir mais eficiência e efetividade ao orçamento estadual.

Além dos debates e votações, a Casa foi palco, ainda, da realização de quatro sessões solenes; três audiências públicas que debateram assuntos que merecem atenção no atual momento da sociedade goiana; quatro reuniões ordinárias de comissões temáticas e uma para prestação de contas; a instalação de duas frentes parlamentares; além ainda de cursos e ciclos de debates promovidos pela Escola do Legislativo; dois eventos culturais; e o lançamento do módulo de Memorandos e Ofícios do **Alego** Digital.

Sessões ordinárias

Como resultado das sessões deliberativas, além de apresentação de matérias, requerimentos e debates, os parlamentares promoveram, também, 117 deliberações, 16 dessas resultaram na aprovação em fase definitiva de medidas importantes para a sociedade goiana. Uma destas matérias é a PEC nº 212/23, que tornará mais eficiente a execução de medidas tempestivas à realização do orçamento anual dos órgãos e das entidades, com consequente **economia** processual para o Poder Executivo.

Outra PEC aprovada durante a semana foi a protocolada na Casa sob o nº 219/23, de autoria do deputado Paulo Cezar Martins (PL) e outros, que trata da reeleição para presidente da **Alego**, hoje não permitida na Constituição Estadual e nem no Regimento Interno da Casa. A matéria trata de dar nova redação ao parágrafo 3º do artigo 16, para permitir uma única reeleição ou recondução sucessiva aos cargos da Mesa Diretora.

Também recebeu aval definitivo no decorrer da semana, a indicação de Marselha Cristina de Oliveira para representar o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de **Goiânia** (SEPE) no

Conselho Estadual de Educação. Antes da aprovação do nome da professora, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) sabatinou Marselha durante uma reunião realizada na tarde de quinta-feira, 13. Ela acumula mais de dez anos de experiência como membro do Sindicato das Escolas Particulares de **Goiânia**.

Sessões solenes

O plenário Iris Rezende da **Alego** abriu as portas durante a semana para a realização de quatro sessões solenes que serviram para prestar o reconhecimento a personalidades que contribuem com o engrandecimento do estado de **Goiás** e, ainda, para conceder o Título de Cidadania Goiana ao pastor Daniel Zimmermann.

Na segunda-feira, 10, por iniciativa do deputado Fred Rodrigues (DC), além da entrega do Título de Cidadania Goiana ao Pastor Daniel Zimmermann, diversos líderes religiosos receberam o Certificado de Honra ao Mérito. A sessão solene contou com a participação de lideranças de diversas denominações judaico-cristãs da Capital e de cidades do interior, do presidente de honra da Convenção das Assembleias de Deus de **Goiás**, Jailton Pereira Rocha, do presidente do Procon Estadual, Levy Rafael Alves Cornélio, além de familiares e amigos dos homenageados.

Já na noite de quarta-feira, 12, por iniciativa dos deputados Virmondes Cruvinel (UB) e Veter Martins (Patriota), os 24 anos da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG) foram celebrados em sessão solene. Servidores com mais de 20 anos de UEG foram agraciados com o Certificado do Mérito Legislativo na ocasião.

Na quinta-feira, 13, foi realizada uma solenidade com personagens e trajes completamente diferentes da formalidade característica dos trabalhos de rotina. Essa foi a sessão solene que homenageou clubes de motociclistas. A iniciativa foi do deputado Cristiano Galindo (Solidariedade), que tem muita proximidade com o movimento de motociclistas. A ideia foi reconhecer os serviços sociais prestados pelos grupos, além de contribuir para quebrar o preconceito, que ainda cerca o motociclismo.

Por fim, na sexta-feira, 14, o deputado Cairo Salim (PSD) conduziu uma sessão solene para a entrega do Certificado de Mérito Legislativo a empresários que atuam em **Goiás**. O evento trouxe reconhecimento a um total de 74 empreendedores, que receberam a honraria pelo trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento econômico do estado, ofertando emprego e renda à população. O grupo de homenageados faz parte do movimento Empreendedores Radicais, idealizado pela Igreja Videira, que tem como objetivo desenvolver e compartilhar experiências voltadas ao empreendedorismo.

Frentes parlamentares

Duas frentes parlamentares foram instaladas no Parlamento goiano no decorrer da semana. A primeira delas é coordenada pelo deputado Karlos Cabral (PSB). Denominada Frente Parlamentar de Apoio aos Consórcios Públicos, a mesma tem como objetivo agilizar a execução de projetos, baratear custos e atender adequadamente às demandas locais e regionais. Além disso, fortalecer os consórcios públicos já existentes em **Goiás** e incentivar a criação de novos.

Segundo Karlos Cabral, o diferencial da Frente Parlamentar será a participação de entidades externas e representantes do terceiro setor como colaboradores. Foram convidados representantes da Agência Goiana dos Municípios (AGM), Federação Goiana dos Municípios (FGM), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ministério Público do Estado de **Goiás**, Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual da Saúde.

A segunda frente parlamentar instalada na Casa vai tratar do desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas relacionadas à defesa dos animais. Coordenada pelo deputado Delegado Eduardo Prado (PL), a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais terá dois dos pontos focais, que são: o controle populacional de cães e gatos e o enfrentamento aos maus tratos aos animais.

Comissões

As comissões temáticas da Casa de Leis reuniram seu colegiado por cinco ocasiões durante a semana. Foram quatro encontros ordinários e um destinado a receber a secretária da **Economia**, Cristiane Schmidt, em audiência pública, para prestação das contas do Estado de **Goiás** referente aos três quadrimestres de 2022.

Na oportunidade, Cristiane Schmidt, afirmou que, com muita satisfação, entregou o balanço do desempenho

das finanças públicas do ano passado ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, salientando que a gestão de **Ronaldo Caiado** encerrou o quadriênio de seu primeiro mandato com chave de ouro. Segundo ela, a dívida líquida de **Goiás** chegou ao menor patamar dos últimos 20 anos, sendo que o Estado ampliou sua capacidade de bom pagador para nível inédito, e, mesmo com a perda de arrecadação, o Governo estadual manteve os compromissos com os programas sociais, com o pagamento de precatórios, com a valorização dos servidores e investimentos na Saúde e Educação.

Audiências públicas

A **Alego** foi palco de três audiências públicas durante a semana que passou. Na ocasião, temas de grande relevância para a sociedade foram tratados com especialistas com o objetivo de traçar políticas e encaminhamentos que possam da melhor maneira atender os anseios do povo goiano.

Ipasgo

Na tarde da segunda-feira, 10, o auditório 2 da **Alego** ficou lotado para tratar da alteração de personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Participaram da audiência os deputados Bia de Lima (PT), Antônio Gomide (PT), Gustavo Sebba (PSDB), Jamil Calife (Progressistas) e Virmondes Cruvinel (UB), além do representante da deputada federal, Delegada Adriana Accorsi (PT). O presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (UB), também esteve presente.

O presidente da autarquia, Vinícius Luz, defendeu a mudança, que transformaria o Ipasgo em Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Ele argumentou que isso não privatizaria a autarquia e permitiria que o Ipasgo ganhasse mais opções de planos para os usuários.

No entanto, a proposta foi contestada por outros participantes da audiência, como Antônio Gomide, Bia de Lima, Gustavo Sebba e Mauro Rubem, que sugeriram um plebiscito para ouvir os usuários do Ipasgo. O deputado Bruno Peixoto, presidente da Assembleia Legislativa de **Goiás**, afirmou que os usuários do Ipasgo e o Governo estão do mesmo lado e que distintas alternativas quanto ao futuro da autarquia serão consideradas.

Valorização de professores

A valorização dos professores e administrativos da Educação, assim como a preocupação com a violência nas escolas, foram temas discutidos em uma reunião

da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de **Goiás**.

A presidente da comissão, deputada Bia de Lima (PT), anunciou que haverá uma audiência com o prefeito para discutir o pagamento do piso salarial, a data base dos administrativos e a chamada dos concursados da Educação. Além disso, a parlamentar cobrará do Governo do estado a realização da chamada do pessoal da Educação e da Segurança Pública, aprovados no último concurso.

A reunião também abordou a necessidade de integração entre os profissionais de educação e segurança para criar uma rede de proteção nas escolas, além da importância da contratação de psicólogos para contribuir para a diminuição do estresse no ambiente escolar.

Segurança nas escolas

Deputados, autoridades da área de segurança pública e educação se reuniram em uma audiência pública na **Alego** para discutir medidas de segurança para escolas públicas e privadas. O encontro ocorreu em um contexto de violência nas escolas do País, e o deputado Amilton Filho, que propôs a audiência, destacou a importância de buscar soluções conjuntas para diminuir a tensão e a pressão do momento complexo. Entre os presentes estavam a secretária de Educação, Fátima Gavioli, o secretário de Segurança Pública, coronel Renato Brum dos Santos, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel André Henrique Avelar de Souza.

O assunto da violência nas escolas foi alvo, não somente na audiência pública, de inúmeras discussões durante a semana que passou. O tema foi discutido pelos parlamentares da **Alego** durante as plenárias desta semana e o presidente Bruno Peixoto participou de uma reunião com o governador **Ronaldo Caiado** (UB) e representantes de entidades para discutir diretrizes e ações voltadas para a prevenção de atentados em instituições de ensino.

O encontro aconteceu no Palácio Pedro Ludovico Teixeira e contou com a presença de autoridades da área de segurança pública e educação do estado. Durante a reunião, o governador anunciou medidas para reforçar a segurança nas escolas, incluindo a aquisição de detectores de metais portáteis e ampliação do monitoramento e do serviço de inteligência policial.

Além disso, o governador pretende encaminhar projetos de lei à **Alego** para possibilitar a vistoria de mochilas de jovens com atitudes suspeitas e responsabilizar pais e plataformas de redes sociais

pelo conteúdo publicado. O secretário de Estado de Segurança Pública, Renato Brum, salientou que o plano, intitulado Operação de Enfrentamento à Criminalidade nas Escolas, passa a valer de maneira imediata e que a Polícia Civil e a Polícia Militar já estão mapeando movimentações no ambiente escolar e digital.

Na mesma semana, a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em virtude de ameaças feitas no ambiente virtual e apreendeu um jovem com comportamento suspeito.

Homenagem a Yocihar Maeda

Na semana que passou, ainda, a **Alego** realizou uma cerimônia para homenagear o fotógrafo Yocihar Maeda, falecido aos 67 anos vítima de câncer na bexiga. A placa com a fotografia do profissional foi descerrada na Agência Assembleia de Notícias do Palácio Maguito Vilela, sala que leva o nome do fotógrafo desde dezembro de 2022.

A celebração contou com a presença da família de Maeda, do ex-presidente da **Alego** Helio de Sousa, do deputado Cairo Salim representando o presidente Bruno Peixoto, além de autoridades da área de comunicação social da **Alego**. A proposta de homenagem foi apresentada por Helio de Sousa e aprovada por meio da Resolução nº 1762/22.

Yocihar Maeda trabalhou na **Alego** por mais de 30 anos e foi lembrado por sua competência, dedicação e atenção dispensada a todos, tornando-se referência para os seus colegas de profissão e respeitado entre os parlamentares.

Exposições culturais

O Palácio Maguito Vilela está recebendo duas exposições de artistas goianos até o próximo dia 20 de abril. Uma delas, intitulada Uma Vida Simples, é do artista Marcos Rezende e está localizada nas floreiras do bloco A, no térreo do prédio. São 19 telas, a maioria feita em acrílico, retratando paisagens, pássaros, casarios e retratos em telas de diversos tamanhos.

Segundo o artista, a exposição é uma grande oportunidade de ampliar o público de suas obras, que buscam transmitir paz e simplicidade do cotidiano. Além disso, Marcos Rezende realiza ações periódicas com crianças carentes, realizando oficinas de pintura onde ensina valores como o respeito, compartilhamento e disciplina.

A outra exposição, denominada Elementos, é do artista Paulo Gil que trabalha com materiais recicláveis

há cerca de 15 anos. Para a exposição na **Alego**, Gil trouxe 47 peças, incluindo quadros e peças funcionais, como abajures e luminárias. A exposição foi aberta na terça-feira, 11, e fica em exibição até o próximo dia 25, com visitação aberta ao público das 8h às 18h.

produtiva.html

Gil é funcionário público da Câmara Municipal de **Goiânia** e decidiu trabalhar profissionalmente com suas esculturas no final de 2022. Além da sustentabilidade, outra marca de sua arte é trabalhar somente quando sente desejo de fazer uma peça e sem prazo determinado para entrega.

As exposições são uma atividade da agenda cultural da **Alego**, que busca trazer diversas manifestações culturais feitas por artistas goianos para o espaço da sede do Legislativo.

Modernidade e **Economia**

Na quarta-feira, 12, a **Alego** lançou o módulo de Memorandos e Ofícios do **Alego** Digital. A solenidade contou com a presença de representantes da presidência da Casa, diretores e servidores. Durante a abertura, os diretores destacaram a importância do projeto e ressaltaram a **economia** de tempo e recursos financeiros proporcionada pelo **Alego** Digital.

Segundo o diretor de Tecnologia da Informação da **Alego**, Rafael Gouveia, o tempo de tramitação dos processos diminuiu em 70% com a implantação do sistema. A transmissão do evento foi feita pelo canal oficial da **Alego** no YouTube, ampliando o acesso à informação e garantindo transparência ao processo.

Cursos

Dentre as atividades de capacitação desenvolvidas durante a semana na **Alego**, destaque para a série de cursos com a temática Poder Legislativo: Teoria e Prática para Assessores Parlamentares, desenvolvida pela Escola do Legislativo e a Procuradoria-Geral da Casa. O objetivo é formar profissionais conhecedores e críticos das funções, normas e procedimentos institucionais do Parlamento goiano, tornando eficaz o processo legislativo para servidores que atuam na Casa.

Os módulos, que aconteceram de forma híbrida e síncrona, foram transmitidos ao vivo no canal da Escola do Legislativo no Youtube e, também, puderam ser acompanhados presencialmente no auditório da CCJ, no 2º andar da **Alego**. A iniciativa atendeu os servidores preferencialmente lotados nos gabinetes dos deputados.

Site: <https://sdnews.com.br/noticia/7388/assembleia-legislativa-de-goias-tem-semana-movimentada-e->

"Governador pensa na Saúde 24 horas por dia , diz Sérgio Vencio

Welliton Carlos

Secretário de Saúde de **Goiás**, o médico Sérgio Vencio diz que o fato do governador Ronaldo Caiado ser também médico incrementa e transforma a gestão da área no Estado.

Caiado é cirurgião ortopédico, com pesquisa científica de mestrado defendida em Paris, além de ter sido professor da área quando realizava suas primeiras pesquisas, no Rio de Janeiro. No parlamento, como deputado e senador, é considerado o maior proponente de projetos de lei com foco na área - soluções legislativas que abrangem desde o câncer até doenças raras.

Como governador, ele tem se dedicado a regionalizar a saúde. Ao Diário da Manhã, ele disse, em março, que sua grande missão é regionalizar atendimento real e humano. E cuidar das pessoas em suas cidades, com UTIs, especialidades e exames de qualidade .

Sérgio Vencio destaca esse interesse de Caiado: "A população pode ter certeza de que ele (o governador) vive isso aí como médico, 24 horas por dia. E ele é único governador médico do País." Na entrevista, o secretário trata ainda das cirurgias eletivas e do tratamento de câncer em **Goiás**. Vencio esclareceu também como estado e municípios repartem suas atribuições. Segundo o médico, os municípios são responsáveis pela atenção primária, que é a principal. A grande maioria dos atendimentos deve acontecer nas unidades de saúde, começando pelos agentes de saúde, pela medicina baseada em saúde da família, no contato multiprofissional, com enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, médico, explica. A seguir, por tópicos, trechos de entrevista concedida à Televisão Brasil Central (TBC) pelo gestor de saúde.

Governador médico

"O governador, inclusive, conversou com a ministra Nísia, e disse: "olha eu não tenho dormido com a preocupação de todo o investimento que nós precisamos fazer com a saúde e, ao mesmo tempo, não estourar o teto de gastos". Então, ele vive isso 24 horas por dia. Nós conversamos todos os dias. Ele, até hoje, tudo que solicitei, ele atendeu, obviamente têm as questões financeiras - a gente tem essa perda

absurda de ICMS de R\$ 580 milhões, isso é um problema para a saúde. Nós estamos com dificuldade de fechar a própria conta da SES sem estourar os gatos. Mas a população pode ter certeza de que ele (Caiado) vive isso aí como médico, 24 horas por dia, e ele é único governador médico do País".

Atendimento ao câncer

"O Cora tem um desenho completamente diferente, é uma planta americana, uma ideia muito inovadora, tecnológica, pra atendimento do câncer. É um investimento absurdo, e é o grande legado da saúde, não só ele, mas talvez o principal. Vai ser muito difícil um hospital privado que vai chegar perto do que o Cora vai oferecer para a população. Nós começamos a terraplanagem, estamos acompanhando. O **TCE** (Tribunal de Contas do Estado) montou um grupo para dar celeridade às obras, com a Fundação Pio 12, do Hospital de Barreto, Hospital do Amor, reconhecido mundialmente pela extrema qualidade com o cuidado com o câncer. A expectativa é que o final do ano que vem inaugurar a ala pediátrica, que já é dimensionada para atender todo o Centro-Oeste e norte, não é só para **Goiás**, porque o câncer infantil é uma doença muito triste, que judia muito da família. Então, o governador teve essa visão de não acolher somente os nossos daqui, mas de outras regiões. O nome, não é à toa, Complexo Oncológico de Referência, é também uma homenagem à nossa poetisa Cora Coralina. E humanização do hospital é o que a gente está tentando, não só no hospital, que entra como um projeto estratégico do Governo de **Goiás**, e já foi aprovada pelo governador fazermos a humanização de todas as ações da Saúde em **Goiás**".

Importância da prevenção

"Quero agradecer a **ABC (Agência Brasil Central)** por esse serviço - série Foco na Saúde, produzida pela TV Brasil Central. A série, disponível no Youtube da **ABC** e da SES, fez diferenciar os diversos níveis de atendimento da saúde. A série revelou um ponto gravíssimo: a população brasileira ainda não tem o costume da prevenção, do cuidado com a saúde. Então, as pessoas preferem ir a unidades de emergência, porque vai ser atendido e não precisa marcar (consultas), e esquece que tem que ter um acompanhamento. Todos precisam manter rotinas de acompanhamento da própria saúde, saber se tem

diabetes, como está o colesterol, parar de fumar... E isso é feito nas unidades básicas de saúde com agendamento. Mas as pessoas criaram uma cultura de somente procurar unidades de saúde de urgência, não só do Estado, também os municípios, lotando os hospitais como Hugol e Hecad e até mesmo as UPAs, por exemplo, que são de pronto-atendimento, com casos que poderiam ser resolvidos em consultas eletivas agendadas, sem sobrecarregar o sistema".

Divisão dos atendimentos

Os casos mais graves, aí sim, eles vão para as unidades hospitalares mais complexas, podendo chegar até o Estado, que é a medicina de média e alta complexidades. A gente sabe que municípios grandes (**Goiânia**, Aparecida, Rio Verde, Anápolis, outros também) têm também uma estrutura de alta complexidade, mas a maioria dos municípios, mais de 70%, têm menos de 10 mil habitantes e conseguem ter esse atendimento complexo, mas conseguem, no dia a dia, com os agentes de saúde, com os clínicos, cirurgiões, ginecologistas, pediátricos. Por isso, a diferenciação das unidades conforme o perfil é importante, porque ela é importante. Se estou deixando de ir a um posto de saúde e estou 'entupindo' unidades sem necessidade. Não é o problema procurar urgência e emergência, isso a pessoa que se sentir mal tem de fazer mesmo. Mas se posso fazer uma consulta agendada e eu escolho, por comodidade minha, ir para uma unidade altamente complexa, como o Hugol ou Hecad, o custo da saúde aumenta muito e não sobra para atender quem precisa".

Regionalização da saúde

"Nós estivemos com a ministra (da Saúde) Nísia Trindade, e o secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (MS), Helvécio Magalhães, e eles ficaram impressionados com o que o governador Caiado construiu. Em 2019, quando ele assumiu o governo, 92% dos atendimentos do Estado eram feitos em **Goiânia**. Ele estadualizou sete hospitais, construiu outros, ampliou a rede, construiu seis policlínicas, de forma que nós estamos cada vez mais aumentando mais essa capilaridade, para que a pessoa não precise se transportar por 400 quilômetros para fazer uma hemodiálise, como era feito antes de o governador assumir. Inclusive, a ministra ficou muito interessada em conhecer a Policlínica de Formosa, para entender essa ideia, que começou no Ceará. Nós sabemos que unidades ultracomplexas, como o HGG, Hugol e Hecad, obviamente, é muito difícil manter isso no interior muito distante, e eles vão continuar em **Goiânia**. Mas a população do Nordeste Goiano, do Norte, Entorno de Brasília, ela também precisa de um atendimento de especialistas ao lado da casa dela.

Então, as policlínicas hoje têm mais de 20 especialidades, têm leitos de hemodiálise, vans com os municípios transportando esses pacientes com comodidade. E o governador vai inaugurar a primeira etapa do Hospital de Águas Lindas este ano ainda e vai fazer o complexo oncológico, que vai ser um centro de referência nacional para o tratamento do câncer. Fila das cirurgias eletivas "Nós ficamos muito satisfeitos ontem (quinta-feira, 12 de abril), na visita com a ministra, ao apresentar o que foi feito, de unificar, juntamos com os 246 municípios e, pela primeira vez, colocamos todos os pacientes numa fila única. Então, hoje nós sabemos o número. Acabei de receber o prefeito de Águas Lindas e disse para ele: hoje a SES sabe falar para o prefeito quanto custam as cirurgias eletivas de cada município. E a ministra falou: "Isso é inédito, não em **Goiás**, mas no Brasil". Não tem nenhum Estado que tem essa informação. Só **Goiás** tem. O governo federal deu R\$ 20 milhões e o Estado vai entrar com mais R\$ 20 milhões e esse dinheiro vai ser trabalhado com os municípios, com a supervisão do Cosems (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de **Goiás**). Então, nós vamos só operacionalizar."

Emendas para cirurgias

Toda essa decisão vai partir dos municípios de uma forma de democratizar e regionalizar a saúde, estimulando que hospitais do interior possam absorver essa demanda. Nós estamos longe, obviamente de atender toda a fila, por falta de dinheiro. Nós temos a estrutura, mas não temos dinheiro suficiente. O Estado faz em torno de 5 mil cirurgias/mês, mas todos os meses entram de 5 mil a 6 mil novos pacientes para o Estado. Sem falar os municípios que também fazem muitas cirurgias. As pessoas podem ter a ideia de que a fila anda, mas outros entram, e por isso a fila está sempre crescendo. Nós temos um número absurdo de cirurgias no Estado. Mas nós estamos indo atrás. Na Assembleia, discutimos a ideia do deputado Gustavo Sebba de sugerir que emendas parlamentares pudessem ser usadas com esse fim específico. Já que a gente agora conhece essas filas de cirurgias eletivas de cada município, cada deputado pode dar "x" para tal cidade. E vamos dizer pra ele: esse dinheiro é capaz de operar fulano, CPF tal e tal cirurgia, vamos dar toda a lista para eles e tudo isso pode ser acompanhado pelo MP, pelo Cosems, para uma transparência total"

Site: <https://www.dm.com.br/goias/governador-pensa-na-saude-24-horas-por-dia-diz-sergio-vencio-122310>

Cristiane Schmidt diz que saída da Economia foi acordada com Caiado e vai "tirar férias"

Domingos Ketelbey

Agora ex-secretária de Economia de **Goiás**, Cristiane Schmidt vai descansar após quatro anos e três meses no cargo. A economista disse que a sua saída se deu em diálogo e "acordo" com o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) num contexto de uma semana "decisiva". Com ciclo encerrado, agora ela quer curtir os dias de descanso.

"Fechei o ciclo. Essa semana foi decisiva. Entreguei as contas do Estado no **TCE** e fiz minha apresentação do Balanço de 2022 na **Alego**. Foi um acordo com o governador de fazer esse fechamento. Agora vou tirar férias, descansar. Vou subir o Monte Roraima, conhecer os Lençóis Maranhenses e conhecer Fernando de Noronha", destacou em breve comunicado à imprensa.

Ela ainda destacou o gesto de servidores que na última sexta-feira (14) ao saberem de sua saída do cargo fizeram uma breve solenidade de agradecimento no Auditório da Economia onde davam expediente. "Foi uma despedida linda, improvisada, onde os servidores desceram para o auditório e despediram com uma salva de palmas. Alguns servidores disseram palavras que vou levar comigo para sempre", pontuou.

Quem assume seu lugar de forma interina é Selene Peres Peres Nunes, economista, contadora, advogada e auditora federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional.

Leia mais sobre: Política

Site: <https://diariodegoias.com.br/cristiane-schmidt-diz-que-saida-da-economia-foi-acordada-com-caiado-e-vai-tirar-ferias/290093/>

Mauro Rubem aciona Justiça para impedir mudança no Ipasgo

Italo Wolff

O deputado estadual Mauro Rubem (PT) acionou a Justiça contra o projeto de mudança institucional do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Segundo sua ação, teriam sido utilizadas receitas que não pertencem ao Estado para a composição da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme relatório do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCE-GO) sobre as contas do Poder Executivo .

Desta forma, parte das receitas do Ipasgo decorreriam de descontos de servidores públicos, além de pagamentos de mensalidades de segurados agregados do Ipasgo e outras receitas do próprio órgão. O **TCE** pondera que estes recursos são utilizados para pagamentos de despesas médicas relacionadas aos segurados, e a inserção desta receita na RCL resulta em um incremento artificial no indicador, desdobrando-se em aumento da despesa com pessoal e do endividamento público.

Membros da autarquia defendem a alteração da natureza do Ipasgo para a de um Serviço Social Autônomo (SSA) tutelado pelo Governo e regulado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), deputados da oposição defendem a manutenção atual da natureza jurídica do Ipasgo.

No SSA, o Estado continua fazendo os descontos na folha normalmente, mas isso passa a ser considerado um consignado, não computando como nova receita, atendendo a uma determinação do Tribunal de Contas, o que resolveria a questão contábil do Estado.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/goias/mauro-rubem-aciona-justica-para-impedir-mudanca-no-ipasgo-482866/>